**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2023**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, por intermédio da Fundação Papa João XXIII – FUNPAPA, com fundamento no art.º 22 – inciso III da Lei Municipal 9.491, de 16 de julho de 2019 e do Decreto Nº 107.732/2023-PMB, de 10 de julho de 2023 que o regulamenta, torna público o presente Edital de Chamamento Público visando habilitar famílias residentes no município de Belém do Pará, interessadas em participar do Serviço de Acolhimento como Família Acolhedora, com validade de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período, de acordo com a disponibilidade orçamentária e durante toda sua vigência permanecerá disponível no site da FUNPAPA: https://funpapa.belem.pa.gov.br

**1- JUSTIFICATIVA:**

A Fundação Papa João XXIII – FUNPAPA, órgão da Administração Indireta da Prefeitura Municipal de Belém, que tem sob sua responsabilidade o planejamento, a coordenação, a execução, o controle e a avaliação da Política Pública de Assistência Social do município de Belém, vem tornar público o processo de inscrição e seleção para formação de cadastro de famílias para atuarem no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, conforme o Decreto Nº 107.732/2023-PMB, de 10 de julho de 2023 que regulamenta o art.º 22 – inciso III da Lei Municipal 9.491, de 16 de julho de 2019.

O Serviço de Acolhimento em Familia Acolhedora é um tipo de serviço de acolhimento para crianças e adolescentes no âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, tipificado no Sistema Único da Assistência Social, Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009. Neste tipo de serviço a criança ou o adolescente afastados da família de origem, mediante medida protetiva, ficam temporariamente sob os cuidados de uma família previamente habilitada e acompanhada por uma equipe técnica, vinculada a FUNPAPA.

**2 - OBJETO:**

Habilitar nos termos do presente edital, famílias residentes no município de Belém do Pará, interessadas em participar do Serviço de Acolhimento como Família Acolhedora em atenção ao Art.10 §2° do Decreto Nº 107.732/2023-PMB, de 10 de julho de 2023 que regulamenta o art.º 22 – inciso III da Lei Municipal 9.491, de 16 de julho de 2019.

**3 - SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA:**

O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora (SFA) foi instituído pela Lei Municipal nº 9.491, de 16 de junho de 2019, que organiza o acolhimento de crianças e adolescentes, no Município de Belém do Pará, inclusive com deficiências, afastados da família por medida de proteção, em residências de famílias acolhedoras cadastradas, até que seja possível o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta por adoção.

O Serviço Família Acolhedora constitui-se na guarda de crianças ou adolescentes por famílias previamente cadastradas e habilitadas, residentes no Município de Belém do Pará, que tenham condições de recebê-las e mantê-las condignamente, garantindo a manutenção dos direitos básicos necessários ao processo de crescimento e desenvolvimento, oferecendo cuidados referentes à saúde, educação e alimentação, com acompanhamento da equipe técnica, vinculada à FUNPAPA e do Poder Judiciário, por meio das Varas da Infância e da Juventude.

As crianças de 0 a 6 anos terão prioridade no atendimento do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, e a colocação da criança ou do adolescente na família integrante do SFA é de competência exclusiva do Poder Judiciário, que determinará o acolhimento familiar, encaminhando a criança, pessoa até 12 (doze) anos de idade incompletos, ou adolescente, pessoa entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos de idade, para a inclusão no SFA.

Compreende-se por crianças e adolescentes em situação de afastamento temporário do convívio com a família de origem, aqueles que tenham seus direitos ameaçados ou violados, em caso de situação de risco por violação de direitos (violência física, sexual,abandono, negligência, maus tratos) por parte dos pais ou responsáveis, destituição de guarda ou tutela, suspensão, perda do poder familiar e desde que verificada a impossibilidade de colocação sob guarda ou tutela na família extensa.

**3.1 Os objetivos do Serviço Família Acolhedora são:**

I - garantir às crianças e aos adolescentes, que necessitem de proteção, o acolhimento provisório por famílias acolhedoras, respeitando o seu direito à convivência em ambiente familiar e comunitário;

II - oportunizar condições de socialização, através da inserção da criança, do adolescente e das famílias em serviços sócio pedagógicos, promovendo a aprendizagem de habilidades e de competências educativas específicas correspondentes às demandas individuais do público atendido;

III - oferecer apoio às famílias de origem, favorecendo a sua reorganização para o retorno de seus filhos, sempre que possível;

IV - oportunizar às crianças e aos adolescentes acesso aos serviços públicos, na área da educação, saúde, profissionalização ou outro serviço necessário, assegurando assim seus direitos constitucionais;

V- contribuir na superação da situação vivida pelas crianças e adolescentes, a partir da redução de danos e manejo de angústias, preparando-os para a reintegração familiar ou colocação em família substituta por adoção.

**4 - DAS RESPONSABILIDADES:**

**4.1 Caberá ao Município de Belém por meio da FUNPAPA:**

4.1.1 Dispor de equipe técnica multidisciplinar para o Serviço de Acolhimento Familia Acolhedora, que prestará acompanhamento sistemático à família acolhedora, à criança e ao adolescente acolhido e à sua família de origem, sendo a mesma equipe técnica responsável por cadastrar, selecionar, capacitar, assistir e acompanhar as famílias acolhedoras, antes, durante e após o acolhimento.

4.1.2 O acompanhamento da família acolhedora acontecerá na forma que segue:

I - visitas domiciliares, nas quais os profissionais e família dialogam sobre a situação da criança, sua evolução e o cotidiano na família, dificuldades no processo e outras questões pertinentes;

II - atendimento social, psicológico e pedagógico;

III - com a presença, em caráter obrigatório, das famílias acolhedoras nos encontros de preparação e acompanhamento.

4.1.3. Repassar para a família acolhedora o subsídio financeiro, destinado ao suprimento das necessidades básicas dos acolhidos, conforme o Art. 26 do Decreto Nº 107.732/2023-PMB, de 10 de julho de 2023 que regulamenta o art.º 22 – inciso III da Lei Municipal 9.491, de 16 de julho de 2019, que cria o “SERVIÇO FAMÍLIA ACOLHEDORA – SFA” e art.34, §1º e § 4º do ECA.

**4.2 Caberá à Família Acolhedora:**A família acolhedora é responsável pelas crianças e adolescentes acolhidos enquanto estiverem sob sua proteção, obrigando-se à prestação de assistência material, moral e educacional, conferindo ao seu guardião o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais, nos termos do art. 33 do Estatuto da Criança e do Adolescente, devendo ainda cumprir as seguintes obrigações:

I - prestar informações sobre a situação da criança ou adolescente acolhido aos profissionais que acompanham o caso;

II - manter todas as crianças e/ou adolescentes regularmente matriculados e frequentando assiduamente as unidades educacionais, bem como acompanhar o seu desempenho escolar.

III - contribuir na preparação da criança ou adolescente para o retorno à sua família de origem, sempre sob orientação técnica dos profissionais do SFA;

IV – Ter conhecimento do conteúdo do Decreto nº 107.732/2023- PMB, de 10 de Julho de 2023 e Art. nº 22 da Lei Municipal 9.491, de 16 de julho de 2019.

4.2.1 Nos casos de não adaptação, tanto da criança/adolescente ou da família, a família procederá à desistência formal da guarda, responsabilizando-se pelos cuidados da criança acolhida até novo encaminhamento, o qual será determinado pela autoridade judiciária, devendo a transferência para outra família acolhedora ou outro tipo de acolhimento; ser realizada de forma gradativa e com o devido acompanhamento pela equipe técnica de referência.

**5 - DA INSCRIÇÃO:**

A inscrição das famílias interessadas ocorrerá durante todo o período de vigência do edital, 01/11/2023 à 01/11/2025, no horário das **08h00min às 16h00min**, de forma presencial na sede da Fundação Papa João XXIII- FUNPAPA**, Av. Rômulo Maiorana, 1018 - Marco, Belém - PA, 66110-047**; por formulário eletrônico: (<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdhB9mhgVnx1FCEy5gw3Xddr5aGzI1_IufvChU5oWtTbwbduA/viewform>), por email: selecaofamiliaacolhedora@gmail.com ou Telefone: (91) 98586-5231.

**5.1 A Família interessada deve:**

As pessoas interessadas em participar do Serviço Família Acolhedora deverão atender aos seguintes requisitos:

I - Não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal, bem como, não apresentar potencialidade lesiva verificada pela equipe técnica do Serviço Família Acolhedora para figurar no cadastro;

II - Ter moradia fixa no Município de Belém há mais de 3 (três) anos, sendo vedada a mudança de Município durante o acolhimento, sob pena de desligamento do SFA;

III - Ter disponibilidade de tempo para oferecer proteção e apoio às crianças e aos adolescentes sob sua guarda;

IV - Ter idade entre 21 (vinte e um) e 65 (sessenta e cinco) anos, sem restrição quanto ao gênero, sexo e estado civil;

V- Ser, pelo menos, dezesseis anos mais velho do que o acolhido;

VI - Gozar de boa saúde física e mental;

VII– Não integrar o Sistema Nacional de Adoção;

VIII- Apresentar concordância de todos os membros da família maiores de 18 (dezoito) anos que vivem na residência;

IX- Apresentar parecer psicossocial favorável;

X - Não apresentar comprometimento psiquiátrico e/ou dependência de substâncias psicoativas, regra extensiva a todos os membros da família que residem no domicílio.

5.1.1 O processo de seleção, habilitação e formação das famílias inscritas será de responsabilidade da equipe técnica do Serviço Família Acolhedora.

5.1.2O estudo psicossocial envolverá todos os membros da família e será realizado através de visitas domiciliares, entrevistas, contatos com pessoas próximas da família e observação das relações familiares e comunitárias.

5.1.3 Após a emissão de parecer psicossocial favorável à inclusão no SFA, a família assinará o Termo de Adesão.

5.1.4 Em caso de desligamento do Serviço, a pedido das famílias acolhedoras, a solicitação deverá ser feita por escrito.

5.1.5 O desligamento da família acolhedora poderá ocorrer por avaliação da equipe técnica quando estiver comprovado o não atendimento das necessidades de cuidados e proteção das crianças e adolescentes acolhidos, podendo as famílias desligadas, inclusive, sofrerem as sanções previstas na legislação vigente.

**5.2 Documentação necessária:**

A inscrição das famílias interessadas em participar do Serviço Família Acolhedora será gratuita e realizada por meio do preenchimento de Ficha de Cadastro do Serviço, devendo ser apresentado pelo responsável e demais membros da família, os seguintes documentos:

1. Carteira de Identidade e CPF;
2. Certidão de Nascimento ou Casamento;
3. Comprovante de Residência recente;
4. Certidões Negativas de Antecedentes Criminais fornecidas pela Justiça comum Estadual e Federal, bem como, pela Justiça Militar Estadual e Federal;
5. Solicitação de Inscrição do Serviço devidamente preenchida (Anexo I);
6. Formulário de inscrição e cadastro de família acolhedora , devidamente preenchido (Anexo II);
7. Negativa de habilitação para adoção devidamente preenchida (Anexo III);
8. Não será incluída no Serviço pessoa com vínculo de parentesco com criança ou adolescente em processo de acolhimento;
9. O Processo de inscrição e seleção de famílias para formação de cadastro para o SFA ocorrerá por meio de Edital de Chamamento Público;

**6 - DO RECEBIMENTO DOS RECURSOS PREVISTOS NESSE EDITAL:**

As famílias cadastradas no SFA, independentemente de sua condição econômica, receberão apoio financeiro, repassado por criança ou adolescente às famílias acolhedoras durante o período de acolhimento, sendo que cada família acolhedora não poderá acolher mais de uma criança ou adolescente por vez, exceto quando se tratar de grupo de irmãos.

O apoio financeiro às famílias acolhedoras será subsidiado com recursos da FUNPAPA e do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), observado os seguintes critérios:

I - nos acolhimentos, a partir de 1 (um) mês, a família acolhedora receberá o auxílio financeiro correspondente a R$1.320,00 (hum mil trezentos e vinte reais), corrigidos anualmente conforme índice oficial adotado pelo Município de Belém.

II - nos casos em que o acolhimento familiar for inferior a 1 (um) mês, o auxílio financeiro será proporcional ao tempo de acolhimento, não podendo o valor recebido ser inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do auxílio;

III - na hipótese da família acolher grupo de irmãos, o valor do auxílio financeiro será no máximo de três auxílios;

IV - nos casos em que uma das crianças e/ou adolescentes tiver algum tipo de deficiência, comprovada por meio de laudo médico, poderá ser acrescido em até 100% (cem por cento) o valor do auxílio, desde que não receba benefícios da Seguridade Social;

V - o respresentante da família acolhedora deverá indicar uma conta bancária para recebimento do auxílio financeiro;

VI - a família acolhedora poderá optar pelo recebimento ou não o auxílio;

VII - a equipe técnica deverá encaminhar mensalmente, ao órgão competente da FUNPAPA relatório institucional para fins de pagamento do auxílio financeiro.

**6.2. Do descumprido das obrigações descritas no decreto nº 107.732/2023-PMB**

Compete à FUNPAPA processar e julgar os casos de descumprimento do referido decreto pelas Famílias Acolhedoras, bem como, o desatendimento aos direitos da criança e adolescente, por meio do devido processo administrativo, observada a ampla defesa e o contraditório.

A família acolhedora que tenha recebido o auxílio financeiro e não tenha cumprido as obrigações descritas no decreto nº 107.732/2023-PMB fica obrigada ao ressarcimento da importância recebida durante o período da irregularidade.

O pagamento do auxílio financeiro será bloqueado automaticamente na hipótese de descumprimento das condições previstas no referido decreto, até que sejam apurados os fatos que motivaram o bloqueio.

Perderá o direito ao auxílio financeiro, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei, a família que:

I - cometer maus tratos, opressão, abuso sexual e castigos imoderados contra a criança ou adolescente;

II - obrigar a criança/ adolescente a prestar serviços que não são próprios da sua idade ou reduzi-los à condição análoga ao trabalho escravo ou de empregado doméstico;

III - praticar algum dos crimes e infrações previstos na Lei Federal nº 8.069/90;

IV - tiver suspensa ou revogada a guarda, pela autoridade competente;

V - quando a família demonstrar desinteresse em cuidar da criança ou do adolescente, após análise a equipe técnica do SFA;

VI - quando a criança ou adolescente demonstrar desinteresse em permanecer na família, após avaliação da equipe técnica do SFA;

VII - quando a família desatender ou deixar o acompanhamento da equipe técnica do SFA;

**7 - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E O VALOR PREVISTO PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO DESTE EDITAL:**

Os créditos orçamentários necessários ao custeio de despesas relativas ao presente Edital são provenientes da Funcional Programática: 2.01.31.08.243.0004

- Projeto Atividade: 2262.

Elemento de Despesa: 3390480000.

Fonte: 1500000000.

Fundo: Fundo Muncicipal da Assistencia Social

- Projeto Atividade: 2375.

Elemento de Despesa: 3390480000.

Fonte: 2799080000.

Fundo: Fundo Muncicipal dos Direitos da Criança e Adolescente

**8 - DAS ETAPAS DO PROCESSO DE SELEÇÃO:**

A seleção das famílias inscritas será semestral e realizada pela equipe técnica do Serviço Família Acolhedora, e todas as fases da seleção deverão ser acompanhadas pelos inscritos no site da FUNPAPA <https://funpapa.belem.pa.gov.br>, não haverá ordem de classificação para as famílias habilitadas.

**8. 1 Para a seleção serão observadas as seguintes etapas:**

**8.1.1 Primeira Etapa** - Avaliação Documental: Avaliação dos documentos apresentados pelas famílias, para fins de verificar a procedência, bem como, com os critérios estabelecidos nesse edital. Caso a(s) família(s) participante(s) não apresentem os documentos em consonância com o exigido, será desclassificada.

**8.1.2 Segunda Etapa** – Avaliação Técnica (psicossocial): Avaliação para verificação se a(s) família(s) inscrita(s) com potencial para família acolhedora preenchem os requisitos necessários à função. Nesta etapa a(s) família(s) deverá(ão) passar por uma avaliação psicossocial, que será realizada através de entrevistas individuais e coletivas, dinâmicas de grupo, visitas domiciliares e outras ferramentas que se fizerem necessárias.

**8.1.3 Terceira Etapa** - Habilitação: Encaminhamento da relação de famílias acolhedoras selecionadas, juntamente com a respectiva documentação para habilitação junto às Varas da Infancia e Juventude da Comarca de Belém.

**8.1.4 Quarta Etapa:** Divulgação da relação das famílias selecionadas para formação do cadastro das famílias acolhedoras.

**8. 2 Da interposição de recursos aos resultados**

O prazo para interposição de recursos aos resultados das seleções das famílias será de dois (2) dias e deverá ser feito por email no endereço selecaofamiliaacolhedora@gmail.com.

**9 - CRONOGRAMA DAS FASES DE SELEÇÃO**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| ETAPA | DESCRIÇÃO DA ETAPA | DATA |
| 1 | Publicação do edital no Diário oficial do Municipio | 06/10/2023 |
| 2 | Divulgação | 06/10/2023 a 06/11/2025 |
| 3 | Inscrição das Famílias | 06/10/2023 a 06/11/2025 |
| 4 | Análise dos Documentos | 06/11/2023 a 06/11/2025 |
| 5 | Divulgação do Resultado Preliminar da Chamada I | 11/11/2023 |
| 6 | Interposição de recursos contra o resultado preliminar da Chamada I | 13/11/2023 a 15/11/2023 |
| 7 | Análise do Recurso pela Comissão | 16/11/2023 |
| 8 | Homologação e Publicação do Resultado da chamada I | 21/11/2023 |
| 9 | Divulgação do Resultado Preliminar da Chamada II | 11/02/2024 |
| 10 | Interposição de recursos contra o resultado preliminar da Chamada II | 13/02/2024 a 15/02/2024 |
| 11 | Análise do Recurso pela Comissão | 16/02/2024 |
| 12 | Homologação e Publicação do Resultado da chamada II | 21/02/2024 |
| 13 | Divulgação do Resultado Preliminar da Chamada III | 11/08/2024 |
| 14 | Interposição de recursos contra o resultado preliminar da Chamada III | 13/08/2024 a 15/08/2024 |
| 15 | Análise do Recurso pela Comissão | 16/08/2024 |
| 16 | Homologação e Publicação do Resultado da chamada III | 21/08/2024 |
| 17 | Divulgação do Resultado Preliminar da Chamada IV | 11/02/2025 |
| 18 | Interposição de recursos contra o resultado preliminar da Chamada IV | 13/02/2025 a 15/02/2025 |
| 19 | Análise do Recurso pela Comissão | 16/02/2025 |
| 20 | Homologação e Publicação do Resultado da chamada IV | 21/02/2025 |
| 21 | Divulgação do Resultado Preliminar da Chamada V | 11/08/2025 |
| 22 | Interposição de recursos contra o resultado preliminar da Chamada V | 13/08/2025 a 15/08/2025 |
| 23 | Análise do Recurso pela Comissão | 16/08/2025 |
| 24 | Homologação e Publicação do Resultado da chamada V | 21/08/2025 |

**10 - DISPOSIÇÕES FINAIS**

10.1. No prazo de 05 dias úteis, contados da publicação deste edital, qualquer pessoa física, poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este Edital mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico: selecaofamiliaacolhedora@gmail.com até às 17 horas, no horário oficial de Brasília-DF.

10.2. Caberá à Coodenação de Proteção Social Especial de Alta Complexidade decidir sobre a IMPUGNAÇÃO no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da petição ou protocolização do requerimento, respeitando a ampla defesa e o contraditório.

10.3 Acolhida a impugnação ao ato convocatório, serão promovidos os atos necessários à retificação deste instrumento, bem como redesignadas as etapas do cronograma.

10.4 A inscrição do candidato implicará no conhecimento das referidas instruções e na aceitação das condições de seleção, tais, como estão estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes que regulamentam o processo seletivo das quais não poderá alegar desconhecimento.

10.5 A inexatidão das afirmativas ou irregularidades nos documentos apresentados, que a qualquer tempo for verificada, acarretará a nulidade da inscrição, com todas as suas consequências de ordem administrativa, civil ou criminal.

10.6 A família acolhedora prestará serviço de caráter voluntário, não gerando em nenhuma hipótese, vínculo empregatício ou profissional com o órgão executor do Serviço.

10.7 O chamamento das famílias acolhedoras será vinculado à necessidade de acolhimento de crianças e adolescentes e conforme a disponibilidade financeira do serviço.

10.8 A colocação da criança ou adolescente dependerá do perfil mais adequado para ambos.

10.9 A família acolhedora, em nenhuma hipótese, poderá se ausentar do Município de Belém com a criança ou adolescente acolhido sem a prévia comunicação e autorização da equipe técnica do SFA.

10.10 Os casos omissos serão resolvidos pela Equipe Técnica de Coordenação de Proteção Social Especial de Alta Complexidade da FUNPAPA, ante a supervisão do Presidente da Fundação.

Belém, PA, de de 2023.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Alfredo Cardoso Costa

Presidente da FUNPAPA

**ANEXO I**

**SOLICITAÇÃO**

Eu,\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

portador(a) do CPF\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_RGNº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,

residente na Rua/Av \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Bairro:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ do Município de Belém/PA. Casado(a) com \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Portador(a) do CPF\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ RGNº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

Venho requerer o Cadastro para o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no Município de Belém e aceito os termos do Edital de Chamamento Público nº 002 /2023.

Solicitantes:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Belém, PA, \_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2023.

**ANEXO II**

**FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO E CADASTRO DE FAMÍLIA ACOLHEDORA**

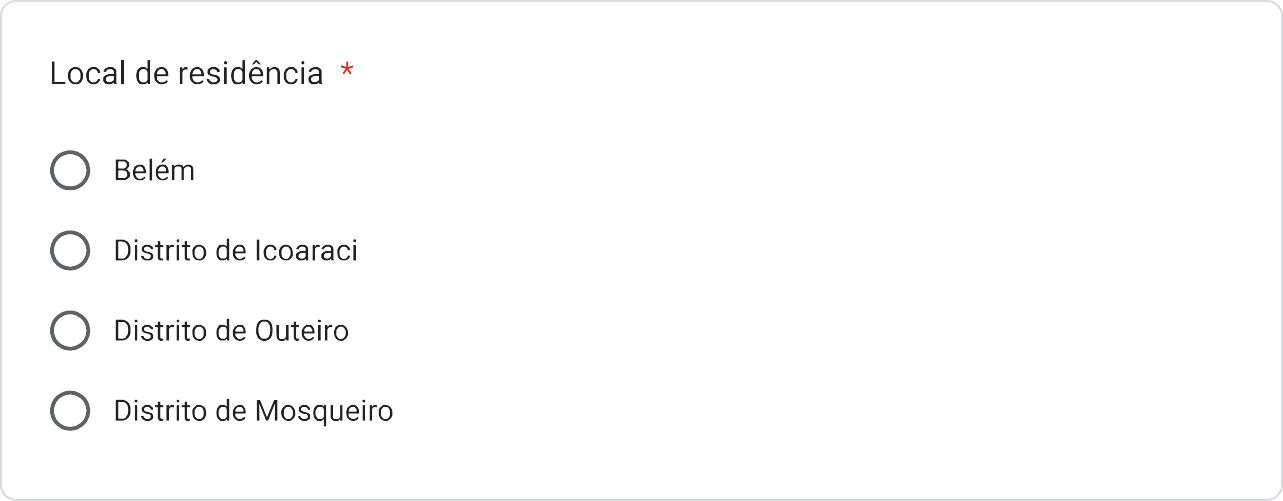
**PRÉ-INSCRIÇÃO SFA**

Este é o formulário para um cadastro prévio das famílias com interesse em participar do Serviço Família Acolhedora.











**ANEXAR DOCUMENTOS**

Anexar os documentos necessários com no máximo 5mb cada. Aceita os formatos pdf e jpg

**Documento com foto frente e verso (RG, CTPS ou CNH)**

# Arquivos enviados:

**CPF \***

# Arquivos enviados:

**Certidão de nascimento ou casamento \***

# Arquivos enviados:

**Comprovante de residência atual \***

# Arquivos enviados:

**Certidão de antecedentes criminais Justiça Comum estadual e federal \***

# Arquivos enviados:

**Certidão de antecedentes criminais Justiça Militar estadual e federal \***

# Arquivos enviados:

**ANEXO III**

**NEGATIVA DE HABILITAÇÃO PARA ADOÇÃO**

Eu,***\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_***portador(a) do CPF\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ RG Nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ residente na Rua/Av \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Bairro:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ do Município de Belém/PA. Casado(a) com\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Portador(a) do CPF \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ RG \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Declaro(amos) para os devidos fins e a quem interessar possa que estou(amos) de acordo com a **Negativa de Habilitação para adoção,** tendo ciência que não poderei(emos) adotar a criança ou adolescente que se encontrar acolhida em nossa família.

Declarantes:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Belém, Pará, \_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2023.